

CEDI**Povos Indígenas no Brasil**Fonte: *Jornal do Brasil*

Class.:

Data: *08.05.89*

Pg.:

Governo e garimpeiros discutem normas para exploração do ouro

BOA VISTA — Pela primeira vez desde sua ocupação — que hoje conta mais de 50 mil homens e mais de 100 áreas clandestinas, onde se extrai toneladas de ouro por ano —, o garimpo de Roraima recebe a visita de uma comitiva oficial do governo. Comandada pelo presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IB-MARNR), Fernando César Mesquita, a principal preocupação da missão é constatar os prejuízos ambientais e, a partir daí, estabelecer normas para exploração racional do minério sem agredir o ecossistema.

“O que queremos é conscientizar o garimpeiro de sua responsabilidade com a natureza”, diz José Altino Machado, fundador e membro da União de Sindicatos e Associações Garimpeiras da Amazônia Legal (Usagal). “Ou o garimpeiro se enquadra no que for determinado, ou vai perder o apoio da própria sociedade.”

Segundo Altino, a intenção da visita oficial é levar aos garimpeiros a idéia de que é necessária a formação de pequenas empresas de mineração para a exploração do ouro em Roraima, evitando a degradação do homem e da natureza. “É preciso cadastrar balsas e homens e impedir que as conseqüências dessa exploração indiscriminada venha provocar o fechamento do garimpo”, afirma Altino, que integra a comissão.

O presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente chegou ontem a Boa Vista e hoje desembarca na região do Paapiu, onde se reúne com líderes dos garimpeiros. Na selva, vão discutir os pontos dos quais depende o destino da exploração clandestina do ouro no estado. “Vamos discutir o documento *Minério para Roraima*, elaborado pela Universidade de Brasília, e estudar as propostas apresentadas para o ordenamento da questão garimpeira, formada por determinação do governador Romero Jucá”, antecipa Altino. “É preciso definir o que é área indígena e o que é floresta nacional. E delimitar, em projeto de lei, áreas onde é possível a exploração do ouro.”

Legalmente, apenas 2,8% do território podem ser explorados

Os primeiros garimpeiros começaram a chegar a Roraima em 1964. A primeira pepita de ouro, pesando sete gramas, foi encontrada em terras dos índios xirixan-nãs, um ramo da família ianomami, que se espalha, um pouco ao norte do Equador, pelos dois lados da fronteira do Brasil com a Venezuela. Dos 23 milhões de hectares de Roraima, três milhões do Nordeste do estado, próximos à serra do Surucucus, são muito ricos em ouro, diamante e cassiterita.

Nove milhões e setecentos mil hectares ou 42% do total da área de Roraima pertencem à Funai e serão usados para a criação de reservas indígenas. Outros 14% (3.300.000 hectares) são áreas reivindicadas para reservas ecológicas. Isto totaliza 13 milhões de hectares que não podem ser explorados por impedimento legal. Dos 10 milhões de hectares que sobram, dois milhões são áreas inundáveis, 1,2 milhão são terras isoladas entre reservas, que a Funai pretende anexar para garantir a segurança dos índios; e 400 mil são áreas rochosas e montanhosas, impossíveis de ser exploradas. Sobram para exploração legal apenas 400 mil hectares ou 2,8% do território do estado. Esta situação não impede, entretanto, que os garimpos ilegais prosperem.